



((DIOGO-CAÃO))



REVISTA ILUSTRADA
— DE —
ASSÚNTOS HISTÓRICOS ANGOLANOS

(COM TÔDAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS)

— COLABORADORES — SELECCIONADOS —



— SUMÁRIO —

A conquista das Pedras Negras de Pungo-Andongo, em Novembro de 1671. — A rebelião de Benguela-a-Nova. — O bispo governador dom frei Simão Mascarenhas. — Crueldades da Rainha Ginga. — Ataque de naus holandesas ao porto de Luanda. — A Santa Casa da Misericórdia. — Exposição histórica da ocupação portuguesa além-mar, em 1937. — Índice da III série —

TIRAGEM: 1.000 EXEMPLARES

— LISBOA — 1936 —

«DIOGO-CAÃO»

= CAIXA POSTAL 362 =

— LISBOA —

DIRECTOR, REDACTOR, ADMINISTRADOR, EDITOR e PROPRIETÁRIO

PADRE MANUEL RUELA POMBO

Missionário aposentado de Angola e habilitado com o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista

Preços :

I série	60\$00
II série	50\$00
III série	40\$00

As 3 séries, encadernadas num só volume, 150\$00 e 160\$00, conforme a qualidade do trabalho, ou 170,00 Angolares.

Assinatura registada da IV série, pagamento adiantado, com 6 fascículos de 68 páginas cada um, 32\$00 no Continente ou 40,00 Angolares.

Recebemos Angolares, pois.

Número avulso :

Em Lisboa	5\$00
Em Angola	6,00



História Militar de Angola

A Conquista das Pedras

(29 de Novembro de 1671)

1 — Documento impresso

— «*Relação do feliz successo, que conseguiram as armas do Serenissimo Príncipe Dom Pedro Nosso Senhor, governadas por Francisco de Távora, Governador e Capitão General do Reino de Angola, contra a Rebelião de Dom João, Rei das Pedras e Dongo, no mês de Dezembro (aliás Novembro) de 1671*».

(Biblioteca Nacional de Lisboa. — Secção dos Reservados. — Numeração preta 903. — Folheto número 11 da miscelânea. — 12 páginas.)

2 — O governador Francisco de Távora

Depois de ajustada a paz entre as poderosas Coroas de Portugal e Castela, primeiro emprêgo das felizes ideas do Serenissimo Príncipe Dom Pedro Nosso Senhor, va-

leroso Numa da nossa idade, por conseguir, quási ao mesmo tempo, duas vitórias políticas, que lhe grangearam o triunfo de libertar a Pátria, segurando-a com duas forçosas âncoras, símbolo das esperanças, que vaticinavam os seus acertos, — foi um dos melhores objectos das suas disposições repartir — pelas dilatadas Conquistas, que senhorea, alteradas algumas com as desigualdades do govêrno antecedente dêste Reino, — sujeitos de tanta capacidade que emendassem os erros passados e prevenissem os accidentes futuros.

Grangeou dignamente a primeira eleição de Sua Alteza para o govêrno do Reino de Angola, grande porção da África, o merecimento de Francisco de Távora, filho terceiro dos Condes de S. João de Pesqueira, antiga e esclarecida família dêste Reino, e valeroso imitador das acções de seus irmãos Luís Alvares de Távora, marquês de Távora, e Miguel Carlos de Távora, conde de S. Vicente: o primeiro — exercitando os maiores pôstos militares com sucessos tam gloriosos que pedem maior volume, o segundo — em diferentes occupações grangeando igual parte nas vitórias.

Saíu Francisco de Távora, que últimamente tinha occupado o pôsto de sargento mór de batalha na Província de Trás-os-Montes, da barra de Lisboa a 5 de Abril do ano de 1669, com duas fragatas e um patacho, e, em breve tempo, com feliz viagem, desembarcou em Benguela, reino sujeito à direcção de Angola.

Passou logo móstra à Infantaria e visitou as fortificações, sem reparar no perigo a que se expunha, por ser nocivo aquele clima aos que nele não resguardam com muito cuidado a vida.

Chegou à cidade de S. Paulo, metrópole do Reino de Angola, e de 24 anos, segundo Scipião Africano no valor, na idade e na emprêsa, tomou posse daquelle govêrno.

Haviam lançado fóra dêle — o desatino dos moradores — pouco tempo antes, a Tristão da Cunha, merecendo — pelas valerosas acções, exercitadas na guerra de Portugal, e pelo zêlo, com que se applicou em Angola ao serviço ao seu Príncipe, — diferente veneração.

Reconhecendo a prudência de Francisco de Távora que era necessário, para castigar os delitos cometidos no govêrno passado, lançar mais raízes no domínio presente, foi com sua-

vidade manifestando, pouco-e-pouco, os escondidos quilates do seu talento; e, depois que, com o acêrto das suas acções entrou em todos aqueles moradores o conhecimento da sua prudência e o temor da sua resolução, castigou os culpados e deixou seguros os ânimos dos inocentes.

Produziram as alterações sucedidas antes do govêrno de Francisco de Távora o efeito que costumam semelhantes desconcertos, porque, vendo os Reis vizinhos a desunião dos Portugueses, intentaram muitos dêles sacudir o jugo, que indignamente julgavam pesado, resultando-lhes do nosso trato o verdadeiro conhecimento da Lei Evangélica, os maiores interesses e a melhor saída das drogas, que entre si desestimam pela abundância delas.

A castigar os levantados havia saído, antes que Francisco de Távora chegasse, um troço do nosso exército, que se compunha de alguns Portugueses e quantidade de Paisanos, a que vulgarmente chamam, naquela parte, guerra preta.

Examinando Francisco de Távora que entre os rebeldes padeciam também os que o não eram, igualou de sorte a todos na justiça que ficaram os culpados obedientes e os inocentes com novos vínculos obrigados ao serviço de seu Príncipe.

Entrou o inverno e, por ordem do Governador, ficou o exército alojado junto ao presídio de Ambaca.

3 — A rebelião do Conde de Sonho

Flutuava, neste tempo, o Reino de Congo com dissensões de qualidade que qualquer cabeça, que ocupava a Coroa, servia de sacrificio à ira dós vassallos.

Era um dos potentados mais poderosos o Conde de Sonho, e o primeiro executor das extorções sucedidas.

Havia entrado várias vezes na Côrte de Congo e sacrilegamente violado os templos dos Religiosos Portugueses, que assistem nela, e muitos dêles, por êste respeito, deixaram os Conventos e se retiraram para Angola. E, seguindo o govêrno político a mesma desordem, faltava totalmente naquele Reino a direcção e o comércio dos Portugueses de Congo, inveterado desde os primeiros anos da nossa conquista. E

não só eram êstes os danos, que resultavam da Rebelião do Conde de Sonho, se não que, abrindo comércio no pôrto de Pinda, um dos logares, que senhoreava, divertia por êle tôdas as mercancias, remunerando-lhe os Holandeses êste benefício com armas, artilharia e munições, querendo vingar-se, com manha, do agravo que receberam na restauração de Angola, em que perderam por fôrça tudo o que haviam conquistado com indústria.

4 — A fuga do Rei de Congo

Obrigado das opressões do Conde de Sonho, fugiu para S. Paulo Dom Rafael, legítimo sucessor dos Reis de Congo.

Examinou Francisco de Távora as suas razões; chamou a Conselho, e votando quási uniformemente todos os que se acharam nele — que se fizesse a guerra, e aconselhando aos Religiosos Letrados, que assistiam naquela Cidade, como acção de justiça, — se achou Francisco de Távora forçosamente obrigado a fazê-la guardar a D. Rafael, assim pela antiga fidelidade e obediência daquele Reino, como pelo evidente perigo, a que ficava exposto o de Angola, se prevalescesse, ajudado das fôrças de Holanda, o poder do Conde de Sonho.

5 — O valor dos soldados portuguezes

Tomada esta resolução, mandou marchar o exército, que se compunha de 500 Portuguezes, grande número de Negros, alguns Cavalos e duas peças de artilharia, à ordem de João Soares de Almeida, e que levasse consigo D. Rafael, acompanhado do duque de Bamba e outros grandes da sua Côrte.

Caminhou João Soares a destruir as terras do Conde de Sonho; nos confins delas saíu êle a buscá-lo com grande exército, que abundava de armas, e trazia quatro peças de artilharia de campanha.

Não duvidou o Conde de Sonho de atacar a batalha,

nem o nosso exército de investi-lo; durou muitas horas a contenda, porque os Negros são tam valerosos que, pelejando a seu favor, contra a fôrça do Sol, a natureza, ainda que na côr mostre os ferretes de vencidos, na resistênciã do clima e resolução do ânimo triumpham como vencedores; e as armas iguais, com que hoje pelejam, os fazem mais incontrastáveis: porém cederam ao valor dos nossos soldados, depois de morto o Conde de Sonho, e um irmão seu, que governava o exército; perderam a artilharia e voltaram as costas com notável estrago.

6 — Confusão e desastre das armas portuguesas

A confiança de vencedores desbaratou de sorte a prudência dos nossos officiaes e soldados que, depois de seguirem o alcânçe dos que fugiam, esquecendo-se de que pelejavam com Africanos, que, por descendentes de Anteu, depois de prostrados por terra, se levantavam com maiores fôrças, — perderam totalmente a fôrça e disciplina.

Animados os Negros desta desordem, tendo passado algumas mangas de mosqueteiros, nossas, o rio Ambrís, voltaram sôbre elas ajudados de outros, que vinham para o exército de socorro.

Retiravam-se as mangas e introduziu-se no nosso exército excessiva confusão, que, com pouca resistênciã, foram desbaratados e mortos João Soares de Almeida, que o governava, e a maior parte dos officiaes e soldados.

Entre um e outro successo partiu D. Rafael com os vasallos, que o acompanhavam, para o Reino de Congo, e abatida a parcialidade do Conde de Sonho, com a sua morte, ajudado dos Portugueses, foi restituído à Coroa de seus antepassados.

Chegou a nóva da desgraça sucedida a Francisco de Távora, e sendo ela de qualidade pelas conseqüências, que se podiam temer, que bastava para perturbar o ânimo mais heroico, êle a recebeu com semblante tam igual e tam socegado que parecera a não sentira, se não acudira novo Márcio no exército destruído dos dois Scipiões tam prontamente ao re-

médio, recolhendo os soldados, que escaparam da batalha, prevenindo outros, e avisando logo a êste Reino, à Baía e Pernambuco que o socorressem.

Resultou desta diligência e actividade refazer em breve tempo o exército, deliberado a tomar satisfação dos agravos recebidos dos Reis vizinhos, que se acrescentaram, considerando com a desgraça sucedida todo o nosso poder desbaratado, alentando-se de-sorte-que se animavam para a conquista os mesmos, que, pouco tempo antes, pareciam incapazes de defesa.

7 — A ousadia do rei das Pedras Dom João

Um dos Reis mais poderosos daquele distrito era D. João Rei das Pedras e Dongo, que havia sucedido pròximamente na Coroa a seu pai Dom Filipe, vassallo dos Reis de Portugal com hereditária fidelidade.

Degenerou D. João de seus antecessores, e esquecido dos benefícios, que seu pai devia às armas Portuguezas, que lhe haviam dado o Reino de que seus vassallos o destituíram, — se resolveu a negar a obediência à Sua Alteza, e a molestar seus vassallos com aspérrima e porfiada guerra.

Vendo Francisco de Távora esta precipitada resolução, antes de o castigar com as armas, intentou muitas vezes reduzi-lo com advertências e admoestações: porém êle, entendendo que nasciam êstes conselhos de falta de fôrça para lhe romper a guerra, e estimulado de seu irmão D. Diogo, capitão general de seu exército, de natural feroz e intrépido, cresceu de sorte nos excessos que provocou todos os Reis vizinhos e os Sobas (nome que explica naquelas terras os Potentados) a que rompessem a guerra e procurassem a liberdade; e intentou emprender o presídio de Ambaca, distante 6 léguas dos logares da sua jurisdição, e valer-se da nossa arte-lharia para nos fazer opposição com maiores vantagens.

Chegaram tôdas estas notícias a Francisco de Távora, e, parecendo lhe que esta enfermidade crescia de-sorte-que já se não podia curar com lenitivos, — se resolveu a aplicar-lhe cautérios.

Chamou a Conselho, onde propôs todos os insultos co-

metidos por El-Rei de Dongo, as diligências que havia feito pelo reduzir sem lhe romper a guerra e o perigo, que corria o Rei de Angola e os Reis e Sobas vassallos de S. A., se deixassem estabelecer as desordens de El Rei de Dongo: que o sítio das Pedras, a que se recolhia, era justamente tôda a sua confiança, porque, além da natureza o formar quási inexpugnável, em 7 léguas de campina o enriquecera de tantas águas, e o fizera abundante de tantos frutos que podia sustentar-se nele muito tempo grande presidio sem dependência de outro socôrro: porém, ainda que êste era o ponto mais forte, parecia sem controvérsia o ponto fixo daquela empresa; porque o sítio das Pedras incluia em si a Côrte de El-Rei e era o coração não só do seu Reino, mas de todos os seus aliados, e que, assim como não admitem medicamento as feridas que o coração recebe, era necessário que o sítio das Pedras fôsse alvo de todos os golpes, para que de uma vez se extinguissem nos rebéldes as esperanças do remédio e tornasse a florescer aquele Reino com a liberdade do comércio, que El-Rei de Dongo quási totalmente divertia.

Aprovaram todos a valerosa resolução de Francisco de Távora, que, tendo prevenido com grande prudência tudo o que era necessário para o exército, o mandou juntar em Ambaca, e o entregou a Luís Lopes de Sequeira, capitão-mór daquele Presidio, natural da cidade de S. Paulo de Luanda, soldádo de conhecido valor e experiência daquela guerra, muito prático no sertão, e que havia desbaratado e morto a El Rei de Congo, em uma batalha, que lhe ganhou no ano de 1664 (aliás, 29 de Outubro de 1665).

8 — A márchha

Saíu o exército de Ambaca a 2 de Agosto de 1671 e, depois de 4 dias de márchha, sem opposição chegou a avistar as Pedras, com 300 Portugueses, grande número de Negros, artilharia, munições e vários instrumentos de expugnação. A ordem, que Luís Lopes de Sequeira levava de Francisco de Távora, era que tomasse tôdas as saídas das Pedras e se fortificasse de sorte, nos sítios que elegeisse mais convenientes, que não pudesse saír o inimigo fóra delas, nem recolher os mantimentos que estavam semeados na campanha.

9 — O primeiro atáque

Era necessário ao mesmo exército vadear um rio chamado Luxilo para ocupar as sortidas das Pedras.

El-Rei de Dongo, que dentro delas com tôda a sua gente estava recolhido com prevenções necessárias, para se defender largo tempo, parecendo-lhe que na passagem do rio seria mais fácil a opposição, lançou fóra tôda a gente, armada de muitas bocas de fogo, de arcos e flechas, espadas e dardos que meneavam de-sorte-que faziam pouca diferença à nossa no exercício delas.

Entendendo Luís Lopes de Sequeira que no bom successo da primeira acção consistia a maior parte da emprêsa, fez avançar ao pôrto o exército, e, exortando valerosamente a todos com o exemplo e as palavras, depois de algumas horas de resistência cedeu El-Rei de Dongo e retirou-se às Pedras com grande perda.

Passou o exército o rio e foi buscar o alojamento, que Francisco de Távora com a informação dos práticos lhe havia destinado, que era para a parte do rio Quanza, dilatado e navegável, fronteira a Gusambambe e pouco mais de tiro de mosquete de uma das portas principais das Pedras.

Assentou-se o quartel, e fabricou-se um reduto com 4 peças de artilharia, no qual se alojaram os Portugueses, e para repáro dos Negros se fabricou uma trincheira, que defendia a todo o alojamento: e algumas saídas, que tinham as Pedras, mandou impedir Luís Lopes e rondá-las com grande vigilância, entendendo que o assédio lhe havia de facilitar a emprêsa.

10 — Topografia de Pungo-Andongo

Levantou a natureza estas Pedras em uma dilatada campanha e quási em forma de círculo, que comprehende 7 léguas; não mostram os penedos menos altura que de 40 braças; dentro das Pedras é a campanha igual, cortada de rios, coberta de árvores, povoada de caças, e abundante de frutos.

Só para a parte onde se alojava o nosso exército, pouca

distância da porta, se levanta muito mais que outros um penedo chamado Pungo, com agradável forma, coberto de arvoredo.

No coração destes penedos se alojava El-Rei com a sua Côrte, e só esta assistência podia desculpá-lo de se não abrandar aos suaves rogos e admoestações que Francisco de Távora, antes de lhe romper a guerra, o determinou persuadir.

São duas as principais entradas daqueles penhascos: uma — para a parte de Ambaca, outra — para a Província do Lubolo; estas e algumas menos desembaraçadas havia El-Rei fortificado com mais arte da que prometia a sua pouca disciplina.

Por estas difficuldades, era opinião comum que aquele sítio não podia ser penetrado, e não foi êste o incentivo menos poderoso para obrigar o alentado espírito de Francisco de Távora a esta emprêsa, venerando aquela que mostram mais luzidos os ânímos, que sobem às Estrelas pelos caminhos mais ásperos.

Levantado o fortim, que servia de quartel aos Portuguezes, e fabricada a trincheira, que era resguardo dos Negros, tratou o Capitão-mór Luís Lopes de Sequeira de impedir aos sitiados a comunicação da campanha: porém não era êste o meio de conseguir o fim pretendido, porque a fertilidade do sítio, que as Pedras incluíam, não deixava padecer grandes descómodos aos sitiados.

El-Rei de Dongo, enquanto durou o trabalho da trincheira, desejou com pouco efeito embaraçar a obra com algumas sortidas, porque foram rechaçados com grande facilidade.

Impaciente de se ver reduzido àquela prisão, ainda que larga, quis dever ao seu valor o que pudera fiar do benefício do tempo.

11 — Segundo atáque

A vinte e nove de Agosto, ao romper da manhã, saíu das Pedras com tanto número de Negros que pudera facilmente tornar a escurecê-la: investiu com tal fúria, ajudado do valor de ser irmão D. Diogo, o Quartel dos nos-

sos soldádos Negros que, achando neles pouca resistênciã, o penetrou com sumã brevidade, e com igual ímpeto avançou o fortim dos Portugueses; mas, encontrando aquelle brio, que os fez sempre hereditários de tôdas as fôrças da natureza, se travou a contenda com tanto valor e persistência da parte de El-Rei, e tanta constância da nossa, que até às três horas da tarde esteve em dúvida a qual das nações a fortuna oferecia a vitória.

Não causava horror aos Negros nem as balas nem as granadas, que os faziam em pedaços, nem os golpes das espadas, que fãcilmente penetravam os corpos sem defesa: todos queriam antes morrer na batalha que perder o triunfo. Porém El Rei — considerando que acrescentar o empenho era deixar mais despojos, sendo os seus vassallos juntamente prêsã e troféu dos vencedores, — mandou tocar a recolher; e, deixando mais de dois mil mortos e quantidade de prisioneiros, se tornou a retirar para as suas fortificações.

Ficou o nosso exército, com a glória dêste dia, animado à maior emprêsa. De um e outro successo deu conta Luís Lopes de Siqueira ao Governador Francisco de Távora, e, reconhecendo êle com o seu grande discurso e experiênciã da guerra de Portugal que saberem-se valer os Governadores do valor e confiança dos soldados é a primeira segurança das vitórias, — socorreu o exército o mais prontamente que lhe foi possível, com abundância de mantimentos e quantidade de munições, e ordenou a Luís Lopes que intentasse acabar por assãlto o que dificultava o assédio.

O tempo, que forçosamente se dilatou o socôrro, havia Luís Lopes gastado em algumas investidas, de que os inimigos se livravam com grande valor.

12 — A investida final a 29 de Novembro de 1671

Tanto que lhe chegou a ordem de Francisco de Távora, determinou executã-la sem dilação, e na manhã de 29 de Novembro, em que se contavam mais de três meses de sítio, saiu dos Quãrtéis com a gente dividida em

três troços, escolhendo dos Negros os que se julgavam mais capazes, e valendo-se da arte da expugnação contra as fortificações da natureza, ao sinal de uma peça de artilharia, as investiu por três distantes e diferentes partes.

Acudiu a tôdas El-Rei de Dongo; durou algumas horas o conflito, mas cedendo últimamente a contumácia dos sitiados ao valor dos expugnadores, — foi penetrado quási ao mesmo tempo aquele propugnáculo; e, assombrados todos aqueles filhos da sombra, voltaram as costas e, em breve espaço, foram fãcilmente desbaratados e mortos os que determinaram defender-se.

13 — Os prisioneiros

Dentro das Pedras se acharam mais de dois mil Negros mortos; foi grande o número de prisioneiros, porém mais para o triunfo que para o interêsse, porque a maior parte dêles eram de certas gerações que, por lei estabelecida, são isentas do cativoiro.

Os de maior consideração foram D. Filipe, filho mais velho de El-Rei de Dongo, menino de pouca idade, tôda a sua família, e seu irmão D. Diogo, capitão general de seu exército, principal motivo da rebelião e terror de todos os Potentados vizinhos.

14 — Fuga e morte de El-Rei

El-Rei, vendo que o último remédio era salvar a vida, valendo-se da ligeireza, se retirou por uma das saídas das Pedras opostas e, passando o rio Quanza, solicitou o amparo de D. Luis António Gusaambambe, soba poderoso da província de Lubolo.

Luis Lopes de Siqueira, depois de exactas diligências, teve notícia da parte onde El-Rei se ocultava; fez prontamente aviso a Francisco de Távora, que lhe ordenou mandasse um troço do exército a notificar o soba Gusaambambe que entregasse logo a pessoa de El-Rei, ou esperasse igual castigo.

Não quis Gusaambambe opôr-se às armas vencedoras, e entregou El-Rei, depois de lhe haver dado palavra de o pôr em parte segura.

Tanto que El-Rei se viu preso, entrou no seu ânimo tam diabólica fúria que, cerrando os olhos, para não ver os Portugueses, pediu com grande instância que o matassem; indignamente lhe concederam, os que o comboiavam, êste mortal alívio; e, sem reparar em conseqüências muito relevantes, que podiam resultar da sua vida, lhe cortaram a cabeça.

15 — Os heróis portugueses

Os soldados, que com particular valor se sinalaram em todo o discurso desta campanha, foram o Capitão-mór Luís Lopes de Siqueira que, valeroso e prudente, repartia as ordens e se expugna aos perigos; o Capitão de Infantaria Luís Ferreira de Macedo, que exercitava o pôsto de Sargento-mór: o Capitão-mór da guerra-preta António Ferreira, o Sargento-mór dela João de Medeiros; os capitães de Infantaria Manuel Gomes Raia, Cristóvão Barroso, Manuel Nunes Cortês, António Rodrigues e Hierónimo de Araújo de Azevedo, o Capitão entretenido Fernão Pinto, o capitão de cavalos Pedro Borges Madureira, Sebastião Pegado, Manuel Afonso Tibão, Cosme Carvalho, Francisco Gomes Sampaio, António de Oliveira, Lucas Carvalho e Miguel Soares Henriques, — moradores principais de Maçangano e da cidade de S. Paulo de Luanda.

16 — Efeitos políticos

Foram muito consideráveis as conseqüências deste successo, porque o sítio das Pedras, além de ser receptáculo de todos os rebêlles, era o ídolo da Fortaleza daquela gentildade que, depois de conquistado, confessam que não há parte oculta ou defesa impenetrável que resista às armas Portuguesas.

Ficaram os aliados dêste Reino — animosos, sujeitos —

os rebéldes, as estradas — seguras e, por consequência, o comércio — desembaraçado.

Estendeu-se a opinião de Francisco de Távora às Regiões mais remotas, sendo cláusula êste sucesso da fama, que havia adquirido nas acções antecedentes daquele govêrno, porque não só havia sujeitado, com as armas, a contumácia de El-Rei Ginga, mas, achando quási todos os moradores daquele Reino e aliados de Portugal diferentes e embaraçados, depois dos desacertos que cometeram no govêrno de Tristão da Cunha, — igualou de sorte o castigo e o prémio que os delinqüentes se não queixaram, e os beneméritos se satisfizeram.

Achou empenhados os cabedais de S. Alteza em cento e trinta mil cruzados, e, depois de satisfazer os acredores, se dispõi a formar erário, que será princípio de grande utilidade para aquele comércio.

Com a vitória de El-Rei de Dongo deixou oprimidos todos os levantados, e, presidiando o sítio das Pedras, como logo fez, tanto que o ganhou, estabeleceu a confiança de que não haverá nenhum dos Potentados vizinhos que se atreva a perturbar outra vez a direcção do Reino de Angola.

As acções e os acertos de Francisco de Távora têm obrigado de sorte todos os moradores daquele Reino que pedem à S. Alteza, com grande instância, o dilate outros três anos naquele govêrno; porém o seu desinterêsse encontra esta negociação com tanta veemência que prevalecerá o seu requerimento, pela importância de sua pessoa para maiores empregos.

17 — A notícia em Lisboa

○ navio, que trouxe a nóva dêste successo, chegou a esta cidade de Lisboa a 20 de Agosto dêste presente ano de 1672.

Remeteu Francisco de Távora à Sua Alteza — Dom Filipe e seu tio D. Diogo; êste — mandou S. A. prender na Torre de S. Gião, para ser castigado como merecem os seus delitos, e a D. Filipe remeteu ao Real Convento de Alcobaça de Religiosos de S. Bernardo, insigne fábrica do glorioso Rei

Dom Afonso Henriques, com ordem para que se lhe dê a melhor educação, porque as ciências costumam empregar-se onde acham maior valor intrínseco, sem reparar na diferença da superfície, e o entendimento sabe dar muitas vezes melhores côres que a natureza.

LAUS DEO

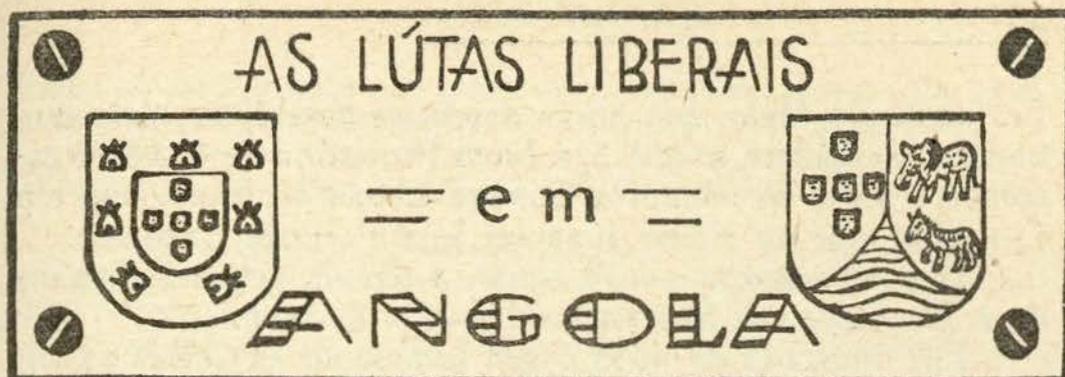
EM LISBOA -- À CUSTA DE MIGUEL MANESCAL.

NÓTA DO P. P. — Já foi por nós publicado, às páginas 81-82 da II série, um trecho, escrito pelo saüdososo Cónego Matias Delgado, no qual vem narrada a conquista das Pedras-Negras de Pungo-Andongo.

Avízo

Na IV série, além da continuação dos estudos já iniciados, publicaremos a «*Lista das Leis Angolanas*», conforme um códice da Torre-do-Tômbó, e também alguns Documentos do Arquivo Histórico Colonial da Junqueira, referentes à ocupação de Luanda pelos Holandeses, de 1641 a 1648.

Padre POMBO



Capítulo quinto

Segunda Junta

(Fevereiro de 1822 a 26 de Maio de 1823)

(Continuação da pág. 260)

44. — A Rebelião de Benguela-a-Nova



NA SALA DO DOCEL DO GOVERNO da Província, estando presente o Governo Provisório, o Senado da Câmara e outras pessoas categorizadas, foi resolvida, a 2 de Dezembro de 1822, a ida de uma expedição à Benguela — «a-fim-de prevenir alguma rebelião que possa acontecer por se ter espalhado que a mencionada Província pretende desligar-se da subordinação a El-Rei e às Côrtes e a esta Capital, e não ter respondido às requisições que se lhe tem feito»...

Depois de larga discussão, foi assente em mandar apenas uma deputação.

Ofereceu se para fazer parte desta deputação o tenente coronel, ajudante de ordens e deputado da Junta Provisória,

Fortunato do Melo, que horas depois se desculpou; pelo que na sessão seguinte, no dia 3, a Junta Provisória do Governo escolheu à sorte os membros Cónego Leonardo José Vilela e o Cirurgião mór do Reino Joaquim José Ferreira Campos.

Desempenharam-se do cargo, a tempo, porque, chegando à Benguela, ali fizeram mudar tudo de face...

Foi ratificado de novo o seu juramento às Côrtes e a El-Rei e a esta Província...

Aparentemente...

Num Arquivo do Rio-de-Janeiro, sabemos, existem muitos documentos sôbre a questão de Benguela.— (Volume X da revista *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, de Portugal, à página 145.)

45. — Luanda e Benguela discutidas em Côrtes

Na verdade, os diversos deputados metropolitanos tinham suas cabeças cheias de ilusão, principalmente quanto à política do Brasil, já independente, desde o 7 de Setembro de 1822.

Nestas linhas, que estamos coordenando, apenas nos interessam Luanda e Benguela, então as sédes pensantes de Angola.

Na *Gazeta Universal*, à página 7, de 1823, vem o seguinte reláto da sessão das Côrtes do dia 2 de Janeiro:

O Sr. Borges Carneiro tomou a palavra e disse:

— «Este Soberano Congresso ouvirá com gôsto que o Reino de Angola conserva os sentimentos de adesão ao Sistema Constitucional. O Deputado por aquele Reino, o sr. Manuel Patrício, achando-se doente, me enviou os dois officios, que lhe foram dirigidos pelo Governo e da Câmara.

O primeiro em data de 17 de Setembro e o segundo de 2 de Outubro, ambos do mesmo ano de 1822.

No I diz o Governo de Angola que—constando ali por notícias vagas que os três Deputados ordinários se achavam no Rio-de-Janeiro, e que se não dispunham a partir para o seu destino, — tinha enviado ao Substituto, residente em Portugal, o seu Diploma, pe-

dindo ao mesmo tempo ao Soberano Congresso fôsse servido admiti-lo, afim-de-que aquele Reino não estivesse sem representação.

Que, à vista disto, coligira o Sr. Manuel Patrício quais são os sentimentos daqueles povos ; e conclui o mesm.o officio dizendo :

— «*Restando-nos por último asseverar à V. Ex.^{cia} que esta Província está na firme resolução de viver sempre unida a Portugal, como Mãe Pátria, a quem deve o ser, e que as ideas, pouco liberaes, originadas no Rio-de-Janeiro, só tem causado aqui ódio e aversão contra aquella Província, e que só nos uniremos ao Brasil, ficando este sempre unido a Portugal, e convindo nisto sua Majestade*».

No II, accusa a Câmara a carta do Sr. Manuel Patrício expedida do Rio-de-Janeiro em 25 de Junho último, em que lhe accusa a remessa dos documentos que havia requerido do Arquivo daquele Senado.

«*Em data de 22 de Junho deste mesmo ano, foram mandados à V. Senhoria todos os documentos que havia pretendido, e estamos certos de que terão chegado ao seu poder, e, caso não tenha acontecido, se poderão duplicar com o seu aviso.*

«*Este Senado louva muito à V. Senhoria, e não tem expressões com que possa testemunhar a sua satisfação pela pronta deliberação que V. S. tomou de se reunir ao Soberano Congresso, na qualidade de deputado eleito por esta Província, preenchendo assim os deveres a que se achava adstrito pela outórga de Podêres para o dito efeito que tinha accedido solenemente ; e nada mais nos resta a expressar do que a confiança que temos nos bons officios e zelo, que V. S. desenvolverá em promover a felicidade desta Província perante o Soberano Congresso, ao qual, rogamos à V. Senhoria, queira fazer certos os nossos sentimentos de adesão ao Sistema Constitucional, pois esperamos só dele o melhoramento dos males que nos têm oprimido.*

Fez-se menção honrosa.

Por sua vez, o *Diário do Govêrno* de 3 de Janeiro de 1823 também dá a mesma noticia, e mais completa.

(Continúa)

Portugal Ultramarino

TEMOS AQUI, NUMA DAS NOSSAS ESTANTES, o livro — «*Histoire de la question coloniale en France*» —, que, no ano de 1891, Léon Deschamps publicou em Paris.

Trata de história e ainda mais de economia e colonização, referindo factos positivos e não fantasias vaídasas.

O autor, em cada uma das três partes, estuda a *acção*, o *interêsse* e a *discussão*: debaixo dêste aspecto tam curioso e útil, a França tem belas páginas...

... mas Portugal tem belíssimas!!!

Dum roteiro ou apologética desta casta e valor muito carece Portugal: é certo.

* * *

Na I série do «*Diário do Govêrno*» dêste ano de 1936, às páginas 1506-1507, foi publicado o decreto-lei número 27.269 de 24 de Novembro, pelo qual se marca em Lisboa, para a Primavera de 1937, uma «*Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa Além-Mar*»: tal demonstração documental terá o carácter iconográfico, militar e bibliográfico.

Pelo decreto número 27.346 de 18 de Dezembro, que tem 21 artigos, foram marcadas ou fixadas as atribuições das comissões, orientadora e executiva, da Exposição Histórica da Ocupação, que deve ser inaugurada oficialmente no dia 19 de Junho de 1937, no Palácio das Exposições no Parque de Eduardo VII.

Os nossos arquivos e bibliotecas estão cheios de preciosos documentos, oficiais e não oficiais, que atestam brilhantemente os nossos processos humanitários em todos os tempos usados na civilização de raças incultas, na África, na América, na Ásia!!!...

No passádo e no presênte, a ESPADA & a CRUZ são instrumentos e símbolos que PORTUGAL, com muita honra, usou e usa, a bem de seus súbditos.

Padre POMBO



Por ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

PRIMEIRA PÁRTE

(Continuação da pág. 269)

Capitulo décimo primeiro

O bispo-governador dom frei Simão Mascarenhas.

— Os jesuitas Pacômio e Machado. — Baptis-
mo da Rainha Ginga e suas irmãs. — A nave-
gação pelo rio Quanza. — A Santa Casa da
Misericórdia de Luanda. — Ataque de naus
holandesas.

66. O bom uso do báculo e do bastão pelo bispo Mascarenhas. — *P. P.*



MAUSÊNCIA DO GOVERNADOR e capitão geral João Correia de Sousa, entrou a governar êstes reinos o ilustríssimo senhor bispo d. frei Simão Mascarenhas, na éra de 1624, o qual foi pondo em boa ordem tôdas as cousas tocantes ao govêrno dêstes Reinos, mostrando seu grande talento e que juntamente sabia usar do báculo e do

bastão, tendo génio para tudo. Elegeu logo cabos para a guerra da Conquista e fazerem guerra aos sobas rebeldes, que persistiam em sua rebeldia, induzidos da Rainha Ginga, sua senhora, da qual nos passou por alto dizer no Governo passado como viera a tomar a água do Santo Baptismo à cidade de Luanda, reduzida ela, suas irmãs e seus parentes e alguns dos principais do seu Reino com as prègações e santas admoestações dos filhos do Patriarca Santo Inácio de Loióla, que trabalharam muito no reino de Angola e Dongo por reduzir aquela gentildade à Lei de Deus e a seus divinos preceitos, entre os quais sujeitos foi o principal Francisco Pacómio, de nação italiana, muito visto na língua ambunda do Reino de Angola, que ainda hoje as orações, que se rezam na língua ambunda, foram ordenadas por êste religioso de grande virtude, que o autor viu e conversou, e na éra de 1640 se embarcou dêste Reino para o de Portugal; como também havia batalhado muito na vinha-do-Senhor por aquelas partes o padre Machado, português, que por nome não perca.

67. Conversão da Rainha Ginga.— *P. P.*

Estes sujeitos e outros do seu pano e religião haviam feito vir esta Rainha ao verdadeiro conhecimento, com que foi mui festejada sua reduccão e vindo à cidade de Luanda, onde o Governador lhe fez muito festejo, por se entender seria êste princípio para se colher o fruto de tanto trabalho, com que se tinha obrado para reduzir esta gentildade ao Caminho-da-Salvação; foi seu padrinho o mesmo governador João Correia e madrinha uma Senhora autorizada, filha desta terra, por nome Jerónima Mendes, mulher do capitão-mór de cavalos Luís Gomes Machado, pelo apelido da terra — Gombe-a-Quanza, tomando o nome de baptismo de Ana, com que se veio a chamar dona Ana de Sousa, tomando o Sousa do padrinho, e as Irmãs se haviam baptizado pelos próprios Religiosos em seu Reino, tomando a irmã do meio o nome de dona Grácia, sendo, o que tinha de sua natureza, Quifungi, e a mais moça se chamou dona Bárbara e pelo nome da terra Mocambo.

Há alguém que diz que esta Rainha Ginga se veio bap-

tizar à Luanda, sendo ainda infanta, com suas irmãs. O certo é que ela se baptizou na cidade de Luanda no tempo do governador João Correia de Sousa, que foi seu padrinho.

68. Algumas crueldades da Rainha Ginga. — *P. P.*

Naquele tempo havia já naquele reino de Angola e Dongo alguns parentes dos reis antigos tomado a agua do santo Baptismo, em que entrava um tio da Rainha, filho daquele rei chamado Angola Aquiloangi, o qual, vendo a Rainha Ginga ausente por se ter vindo a baptizar, como dito é, à cidade de Luanda,— tratou de se vir da sua terra a amparar-se da gente Portuguesa, por se arreçar da sobrinha, a qual o tinha solicitado para suas torpezas que, como gentia que era, não pesava o grau de parentesco que com êle tinha, ainda que fôsse por outra linha, em que o parente não queria consentir.

Vindo-se com sua gente e a família daquele Reino de Angola e Dongo, e receando se encontrar com ela no caminho, mandou recado a alguns Conquistadores, em que entrava um seu compadre por nome João Pereira Girão, chamado de alcunha da terra — Obdongonho, o qual era morador de Maçangano, e lhe havia baptizado um seu filho mais velho, ou sido seu padrinho, por nome dom Francisco Moenga Aquiloangi.

Não acudiram os amigos e compadre com tanta presteza a êste pobre fidalgo, que a não pusesse mais a Rainha, sabendo que lho haviam avisado pelos ares que o tio se vinha meter e amparar da gente Portuguesa, que o não encontrasse e lhe mandasse logo cortar a cabeça e apanhasse da sua gente tôda a que pôde, que era muita, escapando dêste successo o filho dom Francisco, que dito é, com mais alguma gente do seu partido, por se haver dividido do pai, por outro caminho, o qual viveu sempre entre nós, vestido à portuguesa, amparado dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus, de quem havia mamado o leite de sua doutrina, vivendo casado com sua mulher e filhos observando a lei de Deus, e nela morreu como filho da Santa Madre Igreja.

Esta foi a críandade com que esta Rainha vinha da ci-

dade de Luanda de se baptizar; e, se era gentia antes de ser baptizada, depois de o ser obrou muito peor, até lá perto do fim da vida, depois de nos fazer cruel guerra, como se dirá a seu tempo, que sempre batalhou por tirar — o nome da Nação Portuguesa — de Angola.

69. A defesa das embarcações pelo rio Quanza. —
P. P.

Vendo êste famoso Prelado qua a chave da Conquista, — que é o rio Quanza, estava impedida sua passagem e navegação pelos gentios da província de Quiçama, encomendou dela a um capitão antigo da Conquista, pessoa de larga experiênciã, por nome Fernão Rodrigues, — em que falamos já nesta *História* quando tocámos em a sua Ilha de Maçangano, que é em frente à vila, onde houve a Providência das Abóboras, — o qual havia assistido em muitos conflitos de guerra, começando a servir a Coroa de Portugal de soldade de pé e de a-cavalo, sendo alferes, capitão de infantaria e de cavalos, como consta dos papéis de seus serviços.

A êste sujeito encomendou o Bispo Governador a defesa e assistênciã na guarda de cousa de tanta importância como era a navegação daquele rio e passagem livre para a Conquista, mandando-lhe passar patênte de Capitão e Cabo, dando-lhe officiais menores da gente paga para mandar assistir aos comboios-das-embarcações, que naquele rio navegavam abaixo e acima, trazendo lanchas bem equipadas com boa guarda de soldados àquele serviço.

70. — A Santa Casa da Misericórdia de Luanda. —
P. P.

Como em esta Etiópia, que, já dissemos, tiveram por in-habitada, há muitas calamidades de doenças, causado do ruím clima, a êsse respeito pereciam muita gente forasteira e soldados à míngua; compadecido êste illustre Prelado e Governador de tamanhas misérias, com zelo ca-

tólico formou em a cidade de Luanda — Casa da Santa Misericórdia, para terem enfermarias, onde se curassem as enfermidades e doenças da terra, e não pervessem à míngua a gente pobre, e dessem pousada: — cousa que foi de muita utilidade e serviço de Deus, com que não morriam tanta gente à míngua, por falta do necessário; e, de então para cá, se foi conservando aquela Santa Casa cada vez em mais aumento com as Esmolas e Caridades dos fiéis cristãos.

71. Uma esquadra holandesa à vista da cidade de Luanda. — *P. P.*

Estando êste bom Pastor dispondo as cousas do govêrno secular com grande acêrto, foi enfestado êste pôrto de Luanda de uma esquadra de Naus flamengas e por cabo delas o Corsário chamado Pieter Heyen, com tenção de botar gente em terra e ao menos saquear a cidade, mas foi tanta a diligência e preparação que o Bispo-Governador mandou fazer por Pero de Sousa, capitão-mór da gente de guerra, tenente general do Governador passado, e, pelo muito cuidado que houve, não se atreveu a pôr pé em terra; e com ajuda da gente da Conquista, que com muita brevidade havia acudido à cidade, em seu socôrro, da vila da Vitória de Maçangano; e, em vez da prêsa e sacco que vinha dar e buscar, lhe foi feito muito dano de algumas batarias que de terra lhe fizeram com artelharía de alcãce.

Neste tempo chegou à costa o Governador Fernão de Sousa, despachado por Governador e Capitão Geral dêste Reino e suas Províncias e Conquistas, Senhor da vila de Gouveia, e vendo que estava a barra do pôrto tomada pelo Flamengo, e êle não trazer naus nem poder de gente para se medir com aquele inimigo e o poder contrastar, — acordou em a nau, em que vinha, entrar com ela pela Barra-da-Curimba, e para o poder mais fácil fazer, por a barra não ser capaz de entrar carregado, mandou com presteza descarregar em terra a carga da nau, e, assim com ela boiante, entrou pela barra dentro e pelo braço do mar morto, que vem por ali dentro até à cidade entre a Ilha e terra firme; assim que chegou, iratou com mais valor da defesa da Cidade, a

que não havia faltado a nada, do que importava á sua defen-
sa, o Bispo-Governador e o seu valoroso capitão-mór Pero
de Sousa, o que vendo aquele inimigo não podia fazer o que
vinha e desejava, e sabendo havia entrado o Governador, —
se lhe perderam mais as esperanças, com o que, ao cabo de
muitos dias, teve por seu barato dar à vela e sair-se do pôrto
para fóra, que nem sempre sai à vontade o que se premedita
e imagina; e, vendo a nossa gente da Cidade sua determinação
e ida, lhe deram uma boa sálva de tôda a artelharia, ficando
triunfantes e vitoriosos com tam bom successo.

(*Continúa*).

NÓTA DO P. P. — Na nossa IV Série, se DEVS quiser, havemos
de publicar, em cada número, 3 ou 5 capítu-
los d'êste I tômo das *Guerras Angolanas* de
Cadornega: a quem se possa dar ao trabalho
de comparar os originaes e as cópias, que
existem, dos escritos do Pai da História-de-
Angola, fornecemos assim um instrumento fá-
cil de estudo.

Na nossa colecção de *Inéditos Coloniaes*,
êste I tômo das *Guerras Angolanas*, será o
número I da série C.

Do número III desta série, ou tômo III
das *Guerras Angolanas*, já temos impressos e
à venda 3 fascículos, ou sejam 48 páginas, por
3 escudos.

ÍNDICE

As lútas liberais em Angola

<i>Introdução</i>	5-6
-----------------------------	-----

CAPÍTULO I — O governador Mota Féo e Tôrres

1 — Ponte de ligação	7
2 — Carta patente	7
3 — O seu govêrno exemplar	8
4 — O bispo Póvoas	9
5 — Papéis sediciosos	9
6 — A rainha caluniada	9
7 — Outros documentos	10

CAPÍTULO II — O governador Albuquerque e Továr

8 — O seu govêrno	10
9 — A navegação no rio Quanza	10
10 — A sua doença	11
11 — Planos úteis	57
12 — A agricultura e o comércio nos Presídios	58
13 — Nuvem... ameaçadora	59
14 — Documentos	60
15 — Mais ofícios	60
16 — Insultos do Governador contra o Bispo	61-64
17 — A defesa do Governador	77
18 — Noíçia em Luanda da Revolução de Agosto de 1820	79
19 — Os acontecimentos precipitam-se	80
20 — Carta anónima	82
21 — Lição... sem moral nenhuma...	83

22 — O agitador José Anastácio Falcão	113
23 — Retirada do Governador Továr	118

CAPÍTULO III — O governador Joaquim Inácio de Lima

24 — O seu governo	129
25 — Devassa contra o Governador Továr	130
26 — Queixa de Alexandrino Portela	132

CAPÍTULO IV — Primeira Junta

27 — Agitação política em Luanda	193
28 — Em Benguela	194

CAPÍTULO V — Segunda Junta

29 — Seus membros	195
30 — Nomeação do Gov. Xavier Botelho	195
31 — O ex-gov. Lima, em Lisboa	196
32 — O ex-gov. Lima, nas Côrtes	197
33 — Seus serviços	197
34 — Os Deputados por Angola	198
35 — O deputado Castro, no Rio de Janeiro	199
36 — Notícia dum jornal brasileiro	201
37 — O deputado Amaral Gorgel	231
38 — O deputado padre Castro, em Lisboa	233
39 — Tentação Brasileira	236
40 — Ainda a devassa contra o gov. Továr	257
41 — Ainda o gov. Joaquim Inácio de Lima	258
42 — A Junta de Angola está fiel ao governo de Lisboa	258
43 — Subsistências do deputado padre Castro	259
44 — A rebelião de Benguela-a-Nova	303
45 — Luanda e Benguela, discutidas nas Côrtes	304

(Continúa).

Os Holandeses em Angola

(Continuação da pág. 6 da II Série)

24 — A retirada estratégica dos Portuguezes para o sertão	13
25 — No arraial de Quilunda	13
26 — A morte do licenciado João Lopes	15
27 — Prisão de um inglês	15
28 — A missão corajosa do Padre Saraiva	16
29 — O encôntro de Sequilê	33
30 — Mudança do arraial de Quilunda	34

31 — O bispo Sovral	34
32 — Um boticário francês	35
33 — Os Holandeses recebem novo refôrço.	35
34 — Continua a marcha dos Portuguezes	36
35 — A caminho de Maçangano	65
36 — Em Maçangano	65
37 — O terror no Presídío de Muxima	66
38 — A doença do gov. Pedro César de Meneses	66
39 — A morte do Bispo Sovral.	66
40 — As virtudes episcopais	67
41 — Os sobas revoltados	68
42 — Notícia das Tréguas	69
43 — Riqueza portuguesa	69
44 — Ataque ao Arraial do Gango.	70
45 — Os prisioneiros a caminho de Luanda.	74
46 — Prisioneiros embarcados para Pernambuco	74
47 — A prisão do gov. Pedro César de Meneses, em Luanda	75
48 — Os portuguezes sem chefe	76
49 — Nova calamidade !!!...	145
50 — De novo, em Maçangano.	147
51 — Intrigas locais	148

(Continúa).

«Guerras Angolanas»

PRIMEIRO TÔMO

PRIMEIRA PARTE

(Continuação da pág. 268 da II Série)

Capítulo quarto

27 — O testamento de Paulo Dias de Novais	17
28 — Providências tomadas por Luís Serrão	18
29 — No govêrno de André Ferreira Pereira	19
30 — O governador João Furtado de Mendonça	20
31 — A conquista do Lubolo e da Quiçama	21
32 — A célebre Rainha Ginga	22
33 — Sua crueldade	49
34 — Caçada às zebras	50

Capítulo quinto

35 — Nas margens do Quanza.	51
36 — O Presídío de Cambambe	85

37 — O capitão-mór Baltasar Rebelo de Aragão	87
38 — Fundação de Benguela-a-Nova	87
39 — A fortaleza de S. Filipe	88

Capítulo sexto

40 — Qualificação dos serviços em Angola	133
41 — Alvará de 1600	134
42 — Pelejas e recontros	135
43 — Nomes de conquistadores antigos	136
44 — No governo de D. Francisco de Almeida	137
45 — No governo de D. Jerónimo de Almeida	138

Capítulo sétimo

46 — A morte do gov. Pereira Forjás	177
47 — Bento Banha Cardoso	178
48 — Castigo aplicado aos Dembos	179
49 — O gov. António Gonçalves Pita	180

Capítulo oitavo

50 — O gov. Luís Mendes de Vasconcelos	209
51 — Conflito em Maçangano	211
52 — A Rainha Ginga	211
53 — Rebelião em Ambaca	213
54 — Castigo público	215

Capítulo nono

55 — João Mendes, filho do gov. Luís Mendes	225
56 — Conquista de Matamba	226
57 — Conquista do Dongo	227
58 — Honrosa fama de João Mendes	228
59 — Os invejosos	229

Capítulo décimo

60 — Guerra da Ensaca	261
61 — Sepultura de fidalgos congolezes	266
62 — Ameaça contra a cidade de Luanda	266
63 — As autoridades civis em desavença	267
64 — Conflito com os Jesuítas	268
65 — Um redemoínho... portugueses	268

Capítulo décimo primeiro

66 -- O bispo-governador Mascarenhas	307
67 -- Conversão da Rainha Ginga.	308
68 -- Algumas crueldades da Rainha Ginga.	309
69 -- A defesa do rio Quanza	310
70 -- A Santa Casa da Misericórdia de Luanda.	310
71 -- A esquadra holandesa de Pieter Heyn	311

(Continúa).

História Militar de Angola

I -- A Batalha de Ambuíla

(29 de Outubro de 1665)

1 -- Documento	164
2 -- Notícia	164
3 -- O Rei do Congo durante a ocupação holandesa e após a reconquista	165
4 -- Intriga de missionários espanhóis	165
5 -- Ódio do Rei de Congo contra os Portugueses	166
6 -- Preparação das nossas fôrças	165
7 -- A audácia e loucura dos Pretos.	167
8 -- O encôntro ou batalha.	168
9 -- O espólio real	170
10 -- A cabeça de D. António	171
11 -- Hônras fúnebres	171
12 -- Na Ermida da Nazaret	172

II -- A Conquista das Pedras-Negras

(29 de Novembro de 1671)

1 -- Documento	289
2 -- O governador Francisco de Tavora.	290
3 -- A rebelião do Conde de Sonho	291
4 -- A fuga do Rei-do-Congo	292
5 -- O valor dos soldados portugueses	292
6 -- Confusão e desastre	293
7 -- A ousadia do rei de Pungo Andongo	294
8 -- A marcha.	295
9 -- O primeiro atáque	296
10 -- Topografia das Pedras	296
11 -- Segundo atáque	297
12 -- A investida	298

13 -- Os prisioneiros	299
14 -- Fuga e morte de el-rei D. João	299
15 -- Os heróis portugueses	300
16 -- Efeitos políticos.	300
17 -- A notícia, em Lisboa	301

História Eclesiástica

I -- Os Frades Franciscanos em Angola

Fundação do Convento de S. José, em Luanda.	23
Memórias—da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa	25
Frei Baltasar de Marialva	54
O testamento do rev. Dr. Pedro Marques	55
O testamento de Gaspar Alvares	90
Frei Cristóvão Gordilha	91
Frei João da Piedade Fonseca	103 e 140
No Sonho e Dongo	142
Frei Belchior dos Reis	143
Frei João de Madre de Deus	184
Frei Francisco de S. Agostinho.	185
D. frei Francisco, bispo de Cabo-Verde	186
Frei Manuel da Penitência	204
Capela e Residência de S. José de Calumbo	205
Frei Manuel Noronha.	242
Frei João Gualberto de Miranda	243
Missão ao Congo, em 1781	244
A Ordem Terceira	246

II -- O Bispo Soveral

A vida do bispo D. Francisco de Soveral.	97
Manuscrito da Biblioteca de Evora	97
Estudos de Dom Francisco	98
Reforma e pontualidade do Cabido de Luanda	98
Provedor da Santa Casa da Misericórdia.	99
O seu zêlo	100
Devoção à Senhora da Conceição	101
A sua coragem, a quando da Invasão Holandesa	101
Sua morte, sepultura e trasladação	103
Notas I, II, III e IV	104

III -- O Bispo D. Luís de Brito Homem

Questões de jurisdição	271
Alvará de D. Maria I	272

Medicina indígena

I -- Caderno de Afonso Mendes

(Continuação da pág. 304 da II Série)

Duarte Lopes	38
Dr. Aleixo de Abreu	38
Dr. Cardoso de Miranda	38
Dr. Oliveira Mendes	39
RECÊITAS 41-48	41-48

II -- Relação de Joaquim José da Silva

Ofício do gov. Fernando António de Noronha	105
Sementes 1-49	106-112
» 50-53	149-150
Outro officio de D. Fernando António de Noronha	151
Advertência	151

Miscelânea

Com licença	3-4
Os Insatisfeitos	29
Canal do Quanza	30
Brasão de Angola	32
Quinze de Agosto	93
Genealogia de Salvador Correia	94
Verdades suaves	119
Palavras pesadas	121
Despotismo velho e antigo	122
Morte ou consúmo	122
A estrada de Cunga à Muxima	123
As ruínas sagradas de Maçangano	124
Angola cubiçada	125
Os ossos de Salvador Correia	127, 154, 223
O médico José Joaquim Ferreira	128
Edições críticas	153
O médico Lima e Quina	155
O Dr. Jordão da Veiga	156
O Dr. José de Melo	156
O Dr. António José Vieira	157
O Dr. Francisco António Freire	157
Os <i>Ensaio</i> s de Lopes de Lima	157
Com. Paços de Arcos	158
Festa de Quinze de Agosto	159

Cabiço de Luanda, em 1763.	159
7 Inéditos Coloniais	173
Documentos históricos	187
Manuscritos de Abreu de Brito, e de Cadornega	188
Herculano... colonial	189
Funcionalismo, no tempo de Filipe I	190
Bibliografia angolana.	191
O contrato dos escravos, em 1765	192
O início de 5 Inéditos Coloniais	218
Aclamação de D. João IV, em Luanda	219
Epitáfio de Garcia Mendes Castelo-Branco	220
Francisco de Gouveia	221
O cirurgião Pedro Silva	221
História inédita de Angola (1559-1594)	222
<i>ilustração de Angola</i>	223
Orçamento de Angola, em 1776.	224
Regimentos coloniais.	249
O Cadornega, da Biblioteca de Évora.	251
O Convento do Carmo, ferramentas	252
O governador Aires de Saldanha de Meneses e Sousa	252
Organização Militar, de 1792	253
O capitão Quitúbia, preto	255
Direitos reais de Angola, em 1792	256
Filoogia e Lexicologia	270
Aosbons Assinantes	275
Carta do Cónego Delgado	277
<i>Os Bandidos de Angola</i>	278
O gov. João da Silva e Sousa	279
O gov. Luís Lobo da Silva	280
Degredados Italianos em Angola	281
Mais Médicos em Angola.	283
O sangue derramado	284
A língua abunda.	285
O perigo dos intérpretes.	285
Pedras-Negras de Pungo Andongo	286
O livro <i>Angola Intangível</i>	287
Avízo.	302
Exposição Histórica do Ultramar Português.	306



No fêcho ou atilho da III série . . .

Temos cumprido, se não à risca, aproximadamente, o PROGRAMA, que nos traçámos ou marcámos como guia e farol da revista «DIOGO-CAÃO».

Se é certo que não agradámos aos insatisfeitos e maldizentes, cujas obras são... invisíveis ou nulas, não nos tem faltado no entanto o aplauso de quem reconhece o valor do nosso trabalho de investigação, cuidada e cuidadosa.

Repetimos :

Bem sabemos ou conhecemos até que ponto podem chegar, chegar e... parar, as nossas fracas, embora corajosas, forças literárias.

Com a publicação dos números desta revistinha e dos fascículos das 5 obras dos nossos *Inéditos Coloniais*, damos por bem ocupado o nosso tempo, e também consagramos à *História Marítima e Colonial Portuguesa* amor e respeito e culto, não balofos, mas com idéas próprias e fundamentadas no Passado glorioso, que temos obrigação de conhecer e imitar e valorizar.

Lisboa, Dezembro de 1936.

Padre RUELA POMBO.

Petipé... Literário

- I — A revista ilustrada *Diogo-Caão*, de vários e variados assuntos velhos e antigos angolanos, contém nas suas páginas *material* sôbre

HISTÓRIA,
GEOGRAFIA,
COMÉRCIO,
CIVILIZAÇÃO,
ARTE,
ETNOGRAFIA E
CRÍTICA.

- II — Tôda a *colaboração*, tanto a literária como a artística, é solicitada ou pedida directamente por nós.
- III — Os artigos ou trabalhos assinados são da absoluta *responsabilidade* de seus *autores*.
- IV — Não são permitidas *polêmicas* de carácter pessoal ou individual.
- V — A IV série da revista *Diogo-Caão* será publicada em seis números, tendo cada um, pelo menos, 68 páginas.